

Exmo. Senhor

**Presidente da Comissão de Ambiente, Energia e
Ordenamento do Território**

Assunto: Soluções para a gestão da bacia hidrográfica do rio Tejo

É fundamental repensar a gestão da bacia hidrográfica do rio Tejo e adotar novas soluções que permitam lidar com a tendência de redução dos caudais provenientes de Espanha, num contexto de agravamento associado às alterações climáticas e ao crescimento das pressões antropogénicas de ambos os lados da fronteira.

Se por um lado há que assegurar o cumprimento da Convenção de Albufeira e procurar resolver problemas inerentes por via diplomática, incluindo uma eventual revisão dos acordos, **por outro lado há que avaliar o que poderá ser feito em território nacional de modo a garantir uma maior resiliência na gestão dos recursos hídricos.** Importa reduzir a vulnerabilidade e a dependência associada à posição geográfica a jusante de Espanha atuando proactivamente em vários domínios.

Ao longo dos anos, **apesar de se discutirem pontualmente projetos e iniciativas para o rio Tejo, pouco tem sido concretizado de âmbito estrutural** para mitigar os problemas hidrológicos e para criar novas oportunidades sócio-económicas associadas aos recursos naturais. Continua a assistir-se a uma degradação dos ecossistemas e dos serviços ambientais prestados. Poluição da água, perda de biodiversidade, destruição de habitats ribeirinhos, proliferação de espécies exóticas, retenção de sedimentos são exemplos de problemas que persistem. Setores como a agricultura e o turismo queixam-se ciclicamente da ausência de investimentos que contribuam para a valorização das suas atividades.

Há duas dimensões estratégicas que merecem especial reflexão neste momento pois poderão ser determinantes no futuro.

Em primeiro lugar há uma dimensão infraestrutural que se prende com o equacionar de novas soluções hidráulicas para a gestão da bacia do Tejo, como seja a possibilidade reforço dos caudais a partir do rio Zêzere e da barragem do Cabril, ou ainda a construção de uma nova barragem no rio Ocreza. Estas soluções e outras devem ser discutidas de forma aberta, objetiva e transparente, considerando aspetos técnicos e políticos, medindo potencialidades e impactes.

Em segundo lugar há uma dimensão organizacional que prende com a necessidade de reforçar a gestão dos recursos hídricos da bacia do Tejo, numa lógica de fins múltiplos, potenciando atividades como a agricultura, o turismo ou a produção de energia renovável. Se continuarmos com uma gestão meramente burocrática e administrativa dificilmente conseguiremos encontrar novas oportunidades para criar mais riqueza e emprego associado à valorização dos recursos naturais. Importa refletir sobre aspetos de governança, complementares ao funcionamento da ARH Tejo, que envolvam também agentes nacionais, regionais e locais, de natureza pública e privada, permitindo aumentar o investimento nos territórios abrangidos.

Neste contexto de reflexão estratégica, os Deputados do Grupo Parlamentar do PSD, ao abrigo das normas regimentais aplicáveis, solicitam a audição das seguintes entidades:

- Nuno Lacasta - Agência Portuguesa do Ambiente
- Carlos Mineiro Aires - Ordem dos Engenheiros
- Pedro Serra – especialista em recursos hídricos
- Movimento proTEJO
- Nuria Hernández-Mora - Fundação para uma Nova Cultura da Água
- Luís Seabra - Associação de Agricultores do Ribatejo
- João Pedro Matos Fernandes - Ministro do Ambiente e Ação Climática

NOTA: Estas audições deverão ocorrer conjuntamente com a 7ª Comissão - Agricultura e Mar.

Assembleia da República, 7 de outubro de 2021

Os Deputados,

Luís Leite Ramos

Bruno Coimbra

João Moura

Hugo Martins de Carvalho

Hugo Oliveira

Paulo Leitão

Nuno Carvalho

Rui Cristina

Filipa Roseta

António Lima Costa

António Topa

João Marques

José Silvano

Emídio Guerreiro

Pedro Pinto